

REGULATORY UPDATE

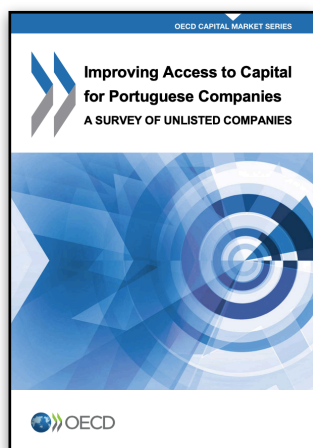
Maio 2020



A AEM publica o REGULATORY UPDATE com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com maior impacto para as empresas cotadas associadas.

O REGULATORY UPDATE contém informação sobre as iniciativas legislativas e regulatórias portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange o mês imediatamente anterior ao da respectiva publicação.

OCDE - CAPITAL MARKET REVIEW OF PORTUGAL



A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (OCDE) publicou hoje dois Relatórios de diagnóstico sobre o acesso a financiamento no mercado de capitais pelas empresas portuguesas: **“Improving access to capital for Portuguese companies: A survey of unlisted companies”** e **“Understanding Delistings from the Portuguese Stock Market”**.

As análises conjugam dados financeiros e estatísticos com os resultados de um questionário dirigido pela OCDE a várias centenas de empresas, concebido especificamente para este projecto.

Foi a CMVM quem promoveu o lançamento deste projecto em 2018, iniciativa que a AEM aplaudiu e apoiou e na qual participou de forma activa e empenhada desde o primeiro momento.

O projecto contou com o envolvimento de um conselho consultivo, designadamente sobre a forma de um Portuguese Companies Circle, no qual a AEM participou em representação das empresas e onde foi uma das vozes mais activas na apresentação de inúmeras propostas concretas de actuação tendo em vista a formulação de recomendações pela OCDE.

Nestes termos, espera-se agora que este projecto possa resultar na emissão de um conjunto de recomendações pela OCDE com vista a facilitar o acesso das empresas portuguesas a financiamento de longo prazo e promover o desenvolvimento do mercado de capitais português.

OECD Capital Market Review of Portugal



LEGISLAÇÃO NACIONAL REFERENTE À PANDEMIA GLOBAL CORONAVÍRUS (COVID-19)

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Lei n.º 18/2020, de 29 de Maio

Prorroga os prazos das medidas de apoio às famílias no contexto da atual crise de saúde pública, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 7/2020, de 10 de abril, que estabelece regimes excecionais e temporários de resposta à epidemia SARS-CoV-2 - [DOC](#)

Lei n.º 17/2020, de 29 de Maio

Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril - [DOC](#)

Lei n.º 16/2020, de 29 de Maio

Altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, à primeira alteração à Lei n.º 9/2020, de 10 de abril, e à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março - [DOC](#)

Lei n.º 14/2020, de 9 de Maio

Terceira alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19 - [DOC](#)

Lei n.º 13/2020, de 7 de Maio

Estabelece medidas fiscais, alarga o limite para a concessão de garantias, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e procede à primeira alteração à Lei n.º 2/2020, de 31 de março, Orçamento do Estado para 2020 - [DOC](#)

Lei n.º 12/2020, de 7 de Maio

Promove e garante a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à primeira alteração às Leis n.ºs 4-B/2020, de 6 de abril, e 6/2020, de 10 de abril - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 24-A/2020, de 29 de Maio

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 22/2020, de 16 de Maio

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 21/2020, de 16 de Maio

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19, no âmbito das inspeções técnicas periódicas - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 20-G/2020, de 14 de Maio

Estabelece um sistema de incentivos à segurança nas micro, pequenas e médias empresas, no contexto da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de Maio

Estabelece um regime excecional e temporário relativo aos contratos de seguro - [DOC](#)

Decreto n.º 20-C/2020, de 7 de Maio

Estabelece medidas excecionais de proteção social, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 20-A/2020, de 6 de Maio

Estabelece um regime excecional e temporário de aquisição de espaço para publicidade institucional aos órgãos de comunicação social, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020, de 29 de Maio**

Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2020, de 17 de Maio

Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 34-A/2020, de 13 de Maio

Prorroga a reposição, a título excecional e temporário, do controlo de pessoas nas fronteiras, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Portaria n.º 125/2020, de 25 de Maio

Revoga a Portaria n.º 106/2020, de 2 de maio, que estabelece para o transporte aéreo um limite máximo de passageiros - [DOC](#)

Portaria n.º 127/2020, de 26 de Maio

Procede à sétima alteração ao Regulamento que estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu, aprovado em anexo à Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março - [DOC](#)

Portaria n.º 122/2020, de 22 de Maio

Procede à terceira alteração ao Regulamento que criou o Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E), aprovado pela Portaria n.º 105/2017, de 10 de março - [DOC](#)

Portaria n.º 107-A/2020, de 4 de Maio

Estabelece a lotação máxima no transporte em táxi e no transporte em veículo descaracterizado a partir de plataforma eletrónica, no âmbito das medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia COVID-19 - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 23/2020, de 29 de Maio

Retifica a Lei n.º 2/2020, de 31 de março, «Orçamento do Estado para 2020» - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 22/2020, de 28 de Maio

Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 38-B/2020, de 19 de maio, que estabelece uma medida excecional e temporária de aquisição de espaço para a difusão de ações de publicidade institucional do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, publicada no Diário da República, 1.ª série, 1.º suplemento, n.º 97, de 19 de maio de 2020 - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 20/2020, de 15 de Maio

Retifica a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, «Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19» - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 18-C/2020, de 5 de Maio

Retifica o Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, da Presidência do Conselho de Ministros, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 85-A, de 1 de maio de 2020 - [DOC](#)

Despacho n.º 5897-B/2020, de 28 de Maio

Define regras complementares aos Despachos n.

4395/2020, de 8 de abril, e necessárias adaptações decorrentes da situação de calamidade, no âmbito da pandemia de COVID-19, declarada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020, de 30 de abril - [DOC](#)

Despacho n.º 5897-A/2020, de 28 de Maio

Medidas concertadas entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha relativas à autorização excecional de passagem de fronteiras terrestres por curtos períodos de tempo - [DOC](#)

Despacho n.º 5793-A/2020, de 26 de Maio

Implementação de um procedimento simplificado de instrução dos pedidos de concessão de autorização de residência - [DOC](#)

**Despacho n.º 5638-B/2020, de 20 de Maio**

Prorrogação de suspensão dos voos de e para Itália - [DOC](#)

Despacho n.º 5638-A/2020, de 20 de Maio

Aprova as listas das entidades que beneficiam da isenção de IVA na aquisição de bens necessários para o combate à COVID-19 - [DOC](#)

Despacho n.º 5638-B/2020, de 20 de Maio

Prorrogação de suspensão dos voos de e para Itália - [DOC](#)

Despacho n.º 5612-A/2020, de 19 de Maio

Determina procedimentos de controlo de fronteira por parte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) - [DOC](#)

Despacho n.º 5503-C/2020/2020, de 13 de Maio

Prorrogação da interdição do tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal de todos os voos de e para países que não integram a União Europeia, com determinadas exceções - [DOC](#)

Despacho n.º 5503-B/2020, de 13 de Maio

Concessão de uma garantia pessoal do Estado ao Fundo de Contragarantia Mútuo, no âmbito do apoio às empresas nacionais decorrentes da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Despacho n.º 5419-A/2020, de 11 de Maio

Prorrogação da vigência do Despacho n.º 3614-D/2020, mantendo-se as orientações nele contidas, com as necessárias adaptações decorrentes da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, declarada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020, de 30 de abril, revogando-se o disposto no n.º 7 e seguintes - [DOC](#)

Despacho n.º 5298-A/2020, de 6 de Maio

Prorrogação de suspensão dos voos de e para Itália - [DOC](#)

Despacho n.º 5176-A/2020, de 4 de Maio

Delega competência no Instituto de Mobilidade e dos Transportes, I. P., enquanto autoridade administrativa, para processamento das contraordenações e a aplicação das coimas referentes às contraordenações decorrentes do não uso de máscaras ou viseiras na utilização dos transportes coletivos de passageiros, como medida de resposta à situação epidemiológica do novo coronavírus — COVID-19 - [DOC](#)

Despacho n.º 5186/2020, de 5 de Maio

Contratos celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março - [DOC](#)

Aviso n.º 8190/2020, de 27 de Maio

Consulta pública do projeto de regulamento do registo de prestadores de serviços a sociedades, a outras pessoas coletivas ou a centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica - [DOC](#)

Aviso n.º 23/2020, de 20 de Maio

Entrada em vigor do Acordo entre a República Portuguesa e a República de Angola sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, assinado em Luanda, a 22 de fevereiro de 2008 - [DOC](#)

Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2020, de 7 de Maio

Deveres de prestação de informação aos clientes bancários sobre a moratória pública, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março, e sobre moratórias privadas - [DOC](#)

Despacho n.º 157/2020-XXII, de 04/05, do SEAF - Prorrogação do prazo até 31 de julho de 2020 da aplicabilidade dos benefícios fiscais previstos no Estatuto do Mecenato e exclusão de tributação em Imposto do Selo - [DOC](#)



PANDEMIA GLOBAL CORONAVÍRUS (COVID-19)

RECURSOS EM DESTAQUE

AMT - Atualização das limitações à utilização do transporte de passageiros - [DOC](#)

CNPD - Orientações sobre recolha dos dados de saúde dos alunos - [DOC](#)

DGE - Orientações sobre Reabertura da Educação Pré-Escolar - [DOC](#)

DGS - Orientação nº 027/2020: Procedimentos nos Transportes Públicos - [DOC](#)

DGS - Orientação nº 023/2020: Procedimentos em estabelecimentos de restauração e bebidas - [DOC](#)

DGESTE - Orientações para a reorganização do funcionamento de cada escola - Regresso às aulas em regime presencial - [DOC](#)

ENSP - Centro de Investigação em Saúde Pública: Excesso de Mortalidade, em Portugal, em Tempos de COVID-19 - [DOC](#)

ENSP - Impacto do confinamento na ocupação dos Cuidados Intensivos - [DOC](#)

GEE - Capacidade das empresas para assegurar o pagamento das remunerações numa situação de paragem total da atividade - [DOC](#)

GEE - Os modelos Input-Output, a estrutura setorial das economias e o impacto da crise da COVID 19 - [DOC](#)

GEE - Canais de transmissão e sectores potencialmente mais afectados pelo COVID-19 - [DOC](#)

GEE - Indicadores de Conjuntura COVID-19 - [DOC](#)

INFARMED - Máscaras: normas aplicáveis e tipologia - [DOC](#)

OSHWIKI - Voltar ao local de trabalho - Adaptação dos locais de trabalho e proteção dos trabalhadores - [DOC](#)

SIBS - O impacto do Coronavírus nos hábitos de consumo dos Portugueses - [DOC](#)

BIS - Banks' dividends in Covid-19 times - [DOC](#)

CFHS - Operational Toolkit for Businesses Considering Reopening or Expanding Operations in COVID-19 - [DOC](#)

ESMA - Calls for **transparency on COVID-19 effects in half-yearly financial reports** - [DOC](#)

IMF - Policy Responses to COVID19 - [DOC](#)

IMF - COVID-19 Pandemic: Guidance for companies on Corporate Governance and Reporting (Including Interim Reports) - [DOC](#)

JHCFHS - COVID-19 Map - [DOC](#)

MCKINSEY - The coronavirus effect on global economic sentiment - [DOC](#)

MEDRXIV - Determinants of Hospitalization, ICU and Death among 20,293 reported cases in Portugal - [DOC](#)

THE LANCET - Physical distancing, face masks, and eye protection to prevent person-to-person transmission of SARS-CoV-2 and COVID-19: a systematic review and meta-analysis - [DOC](#)

WEF - Challenges and Opportunities in the Post-COVID-19 World - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO NACIONAL

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2020, de 21 de Maio

Determina a rejeição das propostas apresentadas no processo de alienação das ações representativas do capital social da sociedade Banco Caixa Geral - Brasil, S. A. - [DOC](#)

Portaria n.º 121/2020, de 22 de Maio

Determina o dia 1 de setembro de 2020 para a entrada em funcionamento dos juízos especializados dos tribunais administrativos e fiscais - [DOC](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - NOVAS INICIATIVAS

DECRETOS DA ASSEMBLEIA

Decreto da Assembleia 23/XIV, 21 de Maio

Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril - [DOC](#)

Decreto da Assembleia 21/XIV, 15 de Maio

Altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, à primeira alteração à Lei n.º 9/2020, de 10 de abril, e à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março - [DOC](#)

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei 389/XIV (PS), 19 de Maio

Alteração da Lei n.º 7/2020, de 20 de abril, com vista à prorrogação dos prazos das medidas de apoio às famílias no contexto da atual crise de saúde pública - [DOC](#)

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Projeto de Resolução 471/XIV (PCP), 22 de Maio

Recomenda ao Governo a reversão da alienação do Novo Banco, a sua transferência para a esfera pública e o apoio especializado às micro, pequenas e médias empresas - [DOC](#)

GOVERNO DE PORTUGAL

Reunião de trabalho do Primeiro-Ministro com o Ministro de Estado e das Finanças - [DOC](#) e Fundo de Resolução - [DOC](#)

Programa de Estabilidade e Programa Nacional de Reformas 2020 - [DOC](#)

GEE - Comércio internacional de bens e serviços - componentes dos serviços (2014-2019) - [DOC](#)

GEE - Comércio Internacional de Portugal com o Reino Unido no limiar do “Brexit” (2014-2019) - [DOC](#)



Aviso n.º 16/SI/2020 de **candidaturas ao Programa ADAPTAR** - PME - Sistema de Incentivos à Adaptação da Atividade das Microempresas ao contexto da Pandemia COVID-19 - [DOC](#)

Comunicado do Conselho de Ministros Electrónico, de 29 de Maio - [DOC](#)

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje a resolução que prorroga a declaração de situação de calamidade até às 23:59 do próximo dia 14 de junho, dando continuidade ao processo de desconfinamento sem colocar em causa a evolução da situação epidemiológica em Portugal.

ponto 2. O Conselho de Ministros aprovou ainda novas medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia da doença Covid-19.

ponto 3. Foi aprovado o decreto-lei que simplifica o licenciamento industrial, de carácter excecional e temporário, aplicável às alterações de estabelecimentos industriais com vista ao fabrico de dispositivos médicos, equipamentos de proteção individual, álcool etílico e produtos biocidas desinfetantes que se destinem à prevenção do contágio do novo coronavírus. Procura-se eliminar, para este tipo de produtos, a complexidade procedimental associada às alterações aos estabelecimentos industriais que habitualmente não produzem estes equipamentos e produtos.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 21 de Maio - [DOC](#)

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR).

ponto 3. Foi igualmente aprovado o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC).

ponto 4. Foi aprovada, para Consulta Pública, a Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2).

Comunicado do Conselho de Ministros, de 7 de Maio - [DOC](#)

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje o Programa de Estabilidade (PE) e o Programa Nacional de Reformas (PNR) para 2020. Os documentos serão apresentados à Assembleia da República, nos termos da legislação nacional, e posteriormente remetidos à Comissão Europeia.

CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CIRCULARES, FAQS E COMUNICADOS

CMVM acompanha **recomendações para contas semestrais publicadas pela ESMA** - [DOC](#)

CMVM acompanha **recomendações do ESRB e da ESMA na contenção de riscos nos mercados** - [DOC](#)

CMVM **incorpora orientações da EBA em matéria de prevenção BCFT** nas práticas de supervisão - [DOC](#)

Declaração pública da IOSCO sobre a **importância de divulgação de informação relativa a Covid-19** - [DOC](#)

Circular de 6 de maio de 2020 - **Circular Anual aos Peritos Avaliadores de Imóveis 2020** - [DOC](#)

Relatório da ESMA sobre **ratings de obrigações garantidas na União Europeia** - [DOC](#)

Prémio José Luís Sapateiro 2019 distingue **estudos sobre ações preferenciais sem direito de voto e normas de governo de produto** - [DOC](#)

CMVM **delibera indeferir o pedido de registo de oferta pública de aquisição** de ações da Sport Lisboa e Benfica - Futebol SAD - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Indicadores trimestrais de **gestão de ativos** - 1º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Abril - [DOC](#)



Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Abril - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais português** - Abril - [DOC](#)

Indicadores mensais de **recepção de ordens** - Abril - [DOC](#)

BANCO DE PORTUGAL

REGULAMENTAÇÃO

Instrução (Histórico) n.º 13/2020 - Comunicação de informação ao Banco de Portugal sobre a moratória pública e as moratórias privadas - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 12/2020 - Altera a Instrução n.º 7/2012, que estabelece as medidas de carácter temporário relativas aos critérios de elegibilidade dos ativos de garantia para as operações de crédito do Eurosistema - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2020/00000029 - Orientações relativas à gestão dos riscos associados às TIC e à segurança (EBA/GL/2019/04). Transmite a expectativa de que, em conformidade com o seu âmbito de aplicação, os requisitos previstos nas referidas Orientações sejam observados pelos respetivos destinatários, a partir de 30 de junho de 2020 - [DOC](#)

Aviso n.º 2/2020 - Deveres de prestação de informação aos clientes bancários sobre a moratória pública, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março, e sobre moratórias privadas - [DOC](#)

RELATÓRIOS E BOLETINS

Relatório de Atividade e Contas de 2019 do Banco de Portugal - [DOC](#)

Relatório de Atividade Estatística de 2019 - [DOC](#)

Relatório dos Sistemas de Pagamentos de 2019 - [DOC](#)

Relatório da Implementação da Política Monetária de 2019 - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 5/2020 - Maio - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 5/2020: 5º Suplemento - Maio - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 5/2020: 4º Suplemento - Maio - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 5/2020: 3º Suplemento - Maio - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 5/2020: 2º Suplemento - Maio - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 5/2020: 1º Suplemento - Maio - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 4/2020: 4º Suplemento - Abril - [DOC](#)

Boletim Estatístico n.º 5/2020 - Maio - [DOC](#)

Boletim Económico n.º 5/2020 - Maio - [DOC](#)

INTERVENÇÕES E COMUNICADOS

Instituições de crédito obrigadas a prestar informação sobre moratórias de crédito - [DOC](#)



Banco de Portugal **monitoriza a implementação das moratórias de crédito e divulga informação** sobre a sua evolução - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre o **adiamento do período de implementação gradual da reserva de fundos próprios** para “Outras Instituições de Importância Sistémica” - [DOC](#)

Resultados do Inquérito Rápido e Excecional às Empresas: 2ª quinzena de maio de 2020 - [DOC](#)

Resultados do Inquérito Rápido e Excecional às Empresas: 1ª quinzena de maio de 2020 - [DOC](#)

Resultados do Inquérito Rápido e Excecional às Empresas: semana de 27 de abril a 1 de maio de 2020 - [DOC](#)

Entrevista do Governador, Carlos da Silva Costa, ao Expresso - [DOC](#)

Entrevista do Vice-Governador, Luís Máximo dos Santos, ao Expresso - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Relatório de Atividade Estatística de 2019 - [DOC](#)

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Março - [DOC](#)

Financiamento das administrações públicas: Março - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Março - [DOC](#)

Posição de investimento internacional: Março - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários: Março - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Março - [DOC](#)

Fundos de investimento: Março - [DOC](#)

Emissões de títulos: Março - [DOC](#)

Dívida pública: Março - [DOC](#)

ASF - AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Carta-Circular n.º 2/2020, Medidas de flexibilização e recomendações no âmbito da situação excecional relacionada com o surto pandémico COVID-19 - [DOC](#)

Carta-Circular n.º 1/2020, Recomendações em matéria de ajustamento dos contratos de seguro em resposta aos impactos da situação epidemiológica em Portugal decorrente da Doença COVID-19 - [DOC](#)

Norma Regulamentar n.º 5/2020-R, Tolerância e flexibilização de prazos relacionados com obrigações de prestação e divulgação de informação das empresas de seguros, mediadores de seguros e entidades gestoras de fundos de pensões, no âmbito das medidas extraordinárias e de caráter urgente em resposta ao surto pandémico coronavírus - [DOC](#)

Norma Regulamentar n.º 4/2020-R, Estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no terceiro trimestre de 2020 - [DOC](#)

Norma Regulamentar n.º 3/2020-R, Reporte inicial das associações mutualistas abrangidas pelo regime transitório - [DOC](#)



Regime temporário e excecional de resposta à situação epidemiológica provocada pela pandemia da doença COVID-19 **relativo aos contratos de seguro** - [DOC](#)

Atendibilidade de documentos expirados - Medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus (COVID-19) - [DOC](#)

Evolução da Atividade Seguradora e da Atividade dos Fundos de Pensões - 1.º trimestre de 2020 - [DOC](#)

ASF publica **Painel de Riscos do Setor Segurador** - [DOC](#)

Nota de Informação sobre **Guia para o Consumidor adotado pela EIOPA** - [DOC](#)

Resultados do módulo de literacia financeira - PISA 2018 - [DOC](#)

AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Informação Vinculativa n.º 16366/2020 - Incidência objetiva da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético - Goodwill - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 15035/2020 - Taxa instituída pela Portaria n.º 74 C/2016, de 23/03, e o que respeita à sua inclusão na base tributável das prestações de serviços faturadas aos clientes - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 15514/2020 - Localização de operações - Contratação de oradores e especialistas internacionais - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 17072/2020 - Operação de Cisão - Reorganização de empresas em resultado de operações de reestruturação ou de acordos de cooperação - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2020000134/2020 - Operação de Cisão - Reorganização de empresas em resultado de operações de reestruturação ou de acordos de cooperação - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 15035/2020 - Taxas – IVA - Taxa instituída pela Portaria n.º 74 C/2016, de 23/03, e o que respeita à sua inclusão na base tributável das prestações de serviços faturadas aos clientes - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 3871/2018 - Dedução de perdas – Exclusão de valores mobiliários do mercado regulamentado - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 38/2017 - Enquadramento dos rendimentos obtidos no âmbito da execução de projetos de construção ou reabilitação e da alienação de imóveis por fundos de investimento imobiliário - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 15767/2020 - Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro, a partir de 1 de junho - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 30222/2020 - IVA – Isenção Aplicável aos Bens Necessários no Combate ao Surto de COVID-19, quando Adquiridos pelo Estado, Outros Organismos Públicos ou por Organizações Sem Fins Lucrativos. Aplicação da Taxa Reduzida do Imposto a Máscaras de Proteção Respiratória e Gel Desinfetante Cutâneo - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 30221/2020 - IVA - Prorrogação do Prazo para Entrega da Declaração Periódica e Pagamento do Respetivo Imposto. Apuramento do Imposto com Base no Sistema e-fatura. Prorrogação do Prazo para Entrega da Declaração de Informação Contabilística e Fiscal, Anexos e Mapas Recapitulativos - [DOC](#)

DGO - DIREÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO

Síntese da Execução Orçamental - abril de 2020 - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

COLETÂNEA DE JURISPRUDÊNCIA do Tribunal Constitucional

Coletânea de Jurisprudência em formato e-book – Volume 'ÍNDICES GERAIS' - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 270/2020, de 14 de Maio

Decisão do Tribunal Constitucional relativa aos recursos apresentados por Ricardo Espírito Santo Salgado e Amílcar Moraes Soares, no que respeita a multas aplicadas pelo Banco de Portugal e a sanções acessórias de impedimento do exercício de funções em órgãos sociais de instituições financeiras e de crédito por dez anos.

— “O legislador ordinário, na área do direito de mera ordenação social, goza de ampla liberdade de fixação dos montantes das coimas aplicáveis, devendo o Tribunal Constitucional emitir juízos de censura somente nos casos em que as soluções legislativas cominem sanções que sejam manifesta e claramente desproporcionais relativamente à gravidade dos comportamentos sancionados”.

— “Os argumentos constantes da reclamação em apreço, na sua grande medida, reiteram as ideias já expressas no requerimento de recurso, não sendo possível decifrar argumentos realmente inovadores que justificassem visitar a linha jurisprudencial já trilhada por este Tribunal sobre a matéria da liberdade legislativa na determinação do quantum de coima que deve caber a cada conduta”.

— “De registar é também o facto de nada vir aduzido quanto a um aspeto essencial para o indeferimento desta constelação de questões de constitucionalidade colocada pelo recorrente, qual seja o de se tratar aqui de um domínio sancionatório que integra «ilícitos especialmente graves relacionados com a atividade de instituições de crédito e atividade financeira em que apenas pode estar em causa o perigo para os bens jurídicos ou já danos especialmente graves para a atividade financeira e para pessoas singulares».

— “O reclamante pede uma intervenção que ele não tem competência para fazer, porquanto incidiria sobre o direito ordinário conforme aplicado na decisão recorrida, e não sobre a conformidade do mesmo com a Constituição”.

— “Na Decisão Sumária agora reclamada entendeu-se que esta constituía também uma questão simples, atenta a vasta jurisprudência já prolatada pelo Tribunal Constitucional sobre o princípio da legalidade, mais especificamente sobre a sua dimensão de tipicidade e a problemática das ditas normas sancionatórias em branco, tanto no domínio penal como no domínio contraordenacional”.

— “Os argumentos aduzidos pelos recorrentes não abalam o entendimento de que o conteúdo prescritivo da norma aqui em causa é suficientemente determinado para o desempenho da sua função de orientar condutas humanas, não contendo as normas chamadas a completar esse conteúdo”.

— “O recurso à técnica das normas sancionatórias em branco num domínio de atividade como aquele que está em causa nestes autos, caracterizado inter alia por um elevado dinamismo, é, aliás, plenamente consistente com o fundamento genérico do recurso a esta técnica de tipificação”. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 258/2020, de 5 de Maio

I. Decide-se declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no n.º 4 do artigo 222.º-G do Código da Insolvência e Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, quando interpretada no sentido de o parecer do administrador judicial provisório que conclua pela situação de insolvência equivaler, por força do disposto no artigo 28.º do mesmo Diploma – ainda que com as necessárias adaptações –, à apresentação à insolvência por parte do devedor, quando este discorde da sua situação de insolvência, por violação do artigo 20.º, n.os 1 e 4, conjugado com o artigo 18.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 219/2020, de 17 de Abril

I. Julga inconstitucional, por violação dos artigos 20.º, n.ºs 1 e 4, e 18.º, n.º 2, da Constituição, a norma extraível dos artigos 886.º-A, n.ºs 1 e 4, 229.º, n.ºs 1 e 2, do CPC, e 252.º, n.º 3, do CPPT, todos na versão decorrente do Decreto-Lei n.º 38/2003, de 8 de março, no sentido de que a notificação ao executado do conteúdo da proposta de aquisição do bem penhorado sujeito a venda por negociação particular e do momento em que essa venda vai ocorrer não é obrigatória. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 4/2020, de 18 de Maio

I. O n.º 8 do art.º 139.º do Código de Processo Civil, no qual se estabelece a possibilidade excepcional da redução ou dispensa da multa pela prática de acto processual fora do prazo, é aplicável em processo penal. - [DOC](#)



Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 3/2020, de 18 de Maio

I. O conceito de 'organismo de utilidade pública', constante da parte final da actual redacção da alínea d) do n.º 1 do artigo 386.º do Código Penal, não abarca as instituições particulares de solidariedade social, cujo estatuto consta hoje do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de Novembro, alterado pela Lei n.º 76/2015, de 28 de Julho. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 29 de Janeiro

I. O assédio laboral tanto pode ser discriminatório, como não discriminatório.

II. Mesmo que considere não provada a existência de assédio discriminatório, o Tribunal não está impedido de afirmar a existência de uma violação dos direitos do trabalhador suscetível de desencadear a responsabilidade civil do empregador. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 14 de Janeiro

I. Nos termos do artº 140º do CPC “Considera-se justo impedimento o evento não imputável à parte nem aos seus representantes ou mandatários que obste à prática atempada do acto”.

II. Não preenche a situação de justo impedimento o pagamento da multa no dia seguinte ao termo do prazo, quando o pagamento poderia ter sido efectuado dentro do prazo através do sistema alternativo de auto-liquidação diversa. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 20 de Maio

I. Jurídico-conceitualmente, a prescrição do procedimento contra-ordenacional agrega a excepção peremptória (pressuposto processual negativo) de conhecimento oficioso em qualquer altura do processo, até à decisão final (cfr. artºs.35 e 193, al.b), do C.P.Tributário, e 27, do Regime Geral das Contra-Ordenações e Coimas, aprovado pelo Dec.Lei 433/82, de 27/10; artº.33, do R.G.I. Tributárias), obstando à apreciação da matéria de fundo e gerando o arquivamento dos autos.

II. O vigente prazo de prescrição do procedimento contra-ordenacional está estabelecido no artº.33, do R.G.I.T., norma que mantém no seu nº.1 o prazo geral de cinco anos, já consagrado no anterior artº.119, da L.G.Tributária, tal como no artº.35, do C.P.Tributário, no atinente às contra-ordenações fiscais não aduaneiras.

III. Por seu turno, o nº.2, do artº.33, do R.G.I.T., estabelece um prazo especial idêntico ao prazo de caducidade do direito à liquidação da prestação tributária quando a infracção depender daquela liquidação, sendo os casos em que a existência da contra-ordenação depende da liquidação da prestação tributária os previstos nos artºs.108, nº.1, 109, nº.1, 114, 118 e 119, nº.1, todos do R.G.I.T.

IV. Mas está abrangida no prazo prescricional prognosticado no artº.33, nº.2, do R.G.I.T., a infracção tributária decorrente da violação do regime de autoliquidação e pagamento do I.V.A., enquadrável em termos de responsabilidade contra-ordenacional no artº.114, do R.G.I.T.

V. Remetendo-se no artº.33, nº.3, do R.G.I.T., para a aplicação das normas sobre suspensão e interrupção da prescrição do processo contra-ordenacional previstas no R.G.C.O.C., tal implica que o decurso da prescrição pode ser suspenso e interrompido.

VI. Daí que ocorra a suspensão quando o tempo decorrido antes da verificação da causa de suspensão conta para a prescrição, juntando-se, portanto, ao tempo decorrido após essa causa ter desaparecido (cfr. artº.120, nº.3, do C. Penal), sendo que a suspensão impede que o prazo da prescrição decorra enquanto se mantiver a causa que a determinou.

VII. E advirá a interrupção quando o tempo decorrido antes da causa de interrupção fica sem efeito, devendo, portanto, reiniciar-se a contagem de um novo período logo que desapareça a mesma causa (cfr. artº.121, nº.2, do C. Penal), o que vale por dizer que a interrupção anula o prazo prescricional entretanto decorrido.

VIII. Assim, o prazo de prescrição capitula dentro do nº 2 do art. 33º do RGIT, ou seja, o prazo consagrado no nº 1 do art. 45º da LGT – 4 anos, sendo de realçar que a prescrição do procedimento contraordenacional tem sempre lugar quando, desde o seu início e ressalvado o tempo de suspensão, tiver decorrido o prazo da prescrição acrescido de metade.

IX. No caso sub judice, adveio uma causa de suspensão, prevista na al. c) do nº1 do art. 27º-A do DL nº 433/82, redacção introduzida pela Lei nº 109/01, pelo que tal suspensão não pode ultrapassar seis meses, nos termos prevenidos no nº 2 do supradito artigo e, compulsando a norma do nº 3 do artigo 28º, o prazo de 6 anos (4 +2), contado desde o início – 1 de Janeiro de 2013 – acrescido dos seis meses de suspensão, extinguiu-se em 1 de Julho de 2019. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 6 de Maio

I. Padece de ilegalidade o apuramento do lucro tributável em obediência à orientação constante no ponto 7 da Circular n.º 7/2004, de 30 de março, da Direção de Serviços do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, sem demonstração da inviabilidade da determinação directa dos encargos financeiros suportados com a aquisição de participações sociais - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 6 de Maio

I. A citação considera-se efectuada no 25.º dia posterior ao seu envio caso o contribuinte não aceda à caixa postal electrónica em data anterior.



II. O citado pode, contudo, ilidir a presunção, demonstrando que apenas foi citado depois de decorrido o prazo de 25 dias por facto que não lhe é imputável ou comprovando que comunicou a alteração de morada electrónica à Autoridade Tributária e Aduaneira sem que essa alteração tenha sido considerada. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 6 de Maio

I. A decisão de avaliação ou de fixação de valor patrimonial tributário de imóvel que sirva de base à liquidação de imposto a certo contribuinte não produz efeitos em relação a este sem que lhe seja validamente notificada.

II. A falta de notificação da decisão de avaliação em que se baseou a liquidação adicional de IMT pode ser invocada na impugnação desta liquidação. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 8 de Março de 2018

I. O artigo 5.º, n.º 2, alínea h) do CIRS, sistematicamente inserido na categoria de incrementos patrimoniais (normas de incidência real), consagra como rendimentos de capitais sujeitos a incidência de IRS os lucros, incluindo o adiantamento por conta de lucros, colocados à disposição dos respectivos associados.

II. Competia à Administração Tributária fazer prova dos pressupostos do seu agir (cfr. artigo 74.º, n.º 1, da LGT), sendo que, no caso concreto tal não se verificou, dado que não se encontram reunidos os factos índice que permitem à Administração Tributária fazer o enquadramento de fluxos financeiros como rendimentos da categoria E, colocados à disposição dos sócios, nos termos previstos no artigo 5.º, n.ºs.1 e 2, alínea h) do CIRS, assim padecendo a liquidação impugnada de vício de violação de lei. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 23 de Abril

I. Nos termos do artigo 23.º do CIRC, só se consideram custos do exercício, os que comprovadamente foram indispensáveis para a realização dos proveitos ou ganhos ou para a manutenção da fonte produtora.

II. O artigo 17.º n.º I do CIRC estabelece que uma das componentes do lucro tributável é o resultado líquido do exercício expresso na contabilidade, sendo este resultado uma síntese de elementos positivos (proveitos ou ganhos) e elementos negativos (custos ou perdas).

III. Em sede de IRC, o documento comprovativo e justificativo dos custos para efeitos do disposto nos artigos 23.º, n.º1, e 42.º, n.º 1, alínea g), do CIRC, não tem de assumir as formalidades essenciais exigidas para as facturas em sede de IVA, uma vez que a exigência de prova documental não se confunde nem se esgota na exigência de factura, bastando tão-só um documento escrito, em princípio externo e com menção das características fundamentais da operação, uma vez que ao contrário do que se passa com o IVA, em sede de IRC, a justificação do custo consubstancia uma formalidade probatória e, por isso, substituível por qualquer outro género de prova. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 15 de Maio

I. Tendo sido o reclamante, advogado de profissão constituído arguido, o pressuposto processual da segunda excepção consagrada no art. 76.º, n.º 4, do EOA e art. 17.º, da Lei n.º 109/2009, de 15/9, encontra-se preenchido.

II. Desta forma, compete ao Sr. Juiz de Instrução Criminal, também ele sujeito ao segredo profissional, analisar os documentos apreendidos, a fim de aferir do seu interesse para a investigação, ou, se pelo contrário, deverão ser devolvidos ao reclamante.

- [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 5 de Maio

I. Basta a mera culpa do agente, ao divulgar publicamente informações sobre a vida privada de uma pessoa laborando em erro de identidade desta por não se ter certificado de tal identidade, para alicerçar um juízo de censurabilidade da sua conduta, pelo que, verificados os demais pressupostos previstos no artigo 483º do Código Civil, ocorre uma situação de responsabilidade civil. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 28 de Abril

I. O regime legal subsidiário no âmbito do procedimento administrativo de dissolução de uma sociedade comercial iniciado oficiosamente pelo conservador do registo comercial, ao abrigo do disposto no art. 5º, alínea a) do Regime Jurídico da Dissolução e da Liquidação de Entidades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março, é o do Código de Processo Civil e não o do Código do Procedimento Administrativo.

II. A ausência de decisão por parte do Conservador no procedimento administrativo de dissolução de uma sociedade comercial no prazo de 180 dias não implica a caducidade de tal procedimento.

III. O facto de, posteriormente à decisão do Conservador de declaração simultânea de dissolução e de encerramento da liquidação da entidade comercial por não ter sido apurada a existência de activo ou passivo a liquidar, se vir a verificar que esta era proprietária de bens não implica a anulação do acto de dissolução e encerramento da liquidação.



IV. O registo de prestação de contas por parte da sociedade em data posterior à decisão do conservador de declaração da dissolução e encerramento da liquidação não produz qualquer efeito relativamente a tal decisão. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 5 de Março

I. A prescrição de uma dívida de juros, a que alude a alínea d), do art. 310º, do Código Civil, não tem a natureza de prescrição presuntiva, mas de prescrição extintiva, como tal sujeita às regras da interrupção indicadas nos artigos 323º a 327º, do mesmo Código.

II. Interrupção da prescrição é o facto, previsto na lei, que inutiliza todo o tempo da mesma prescrição decorrido até à data em que esse ato se realizou.

III. Instaurada a execução, o prazo de prescrição que esteja a correr interrompe-se por mero efeito da instauração da execução contra o devedor, logo que decorram cinco dias.

IV. Verificada a interrupção, o prazo computado até ao facto interruptivo é totalmente inutilizado, reiniciando-se a sua contagem após o termo do efeito interruptivo. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 5 de Março

I. A alegação de que «a penhora incidente sobre o veículo automóvel não é admissível, em face da reserva de propriedade existente», não é fundamento legal para deduzir incidente de oposição à penhora, por não se tratar, nomeadamente, de situações de impenhorabilidade absoluta e total, de impenhorabilidade relativa ou de impenhorabilidade parcial.

II. O comprador dum bem vendido com reserva de propriedade só se torna proprietário quando a reserva se extingue.

III. Não pode, por isso, o vendedor fazer penhorar a bem para cobrança do preço da compra e venda, sem previamente renunciar à reserva, o que tem de ser feito por ato expresse. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 15 de Dezembro de 2016

I. É admissível a impugnação judicial direta das deliberações do Conselho de Administração de sociedade comercial. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 27 de Fevereiro

I. Instaurada ação nos tribunais estaduais e invocada a exceção de preterição de tribunal arbitral, só em casos de manifesta nulidade, ineficácia ou de inaplicabilidade da convenção de arbitragem, o juiz pode declará-lo e, consequentemente, julgar improcedente a exceção.

II. A nulidade manifesta é a invalidade que não necessita de mais prova para ser apreciada, recaindo apenas na consideração dos requisitos externos da convenção, como a forma ou a arbitrabilidade. E mesmo nestes casos, quando existam dúvidas sobre a validade da convenção, o tribunal judicial deve optar pela procedência da exceção de preterição de tribunal arbitral voluntário.

III. As questões relacionadas com a inclusão do litígio na previsão da convenção devem primeiramente ser submetidas ao tribunal arbitral, por não serem de solução manifesta.

IV. Suscitadas dúvidas sobre o campo de aplicação da convenção de arbitragem, devem as partes ser remetidas para o tribunal arbitral ao qual atribuíram competência para solucionar o litígio. - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

EUROPEAN COMMISSION

COVID-19

Coronavirus **Global Response** - [DOC](#)

Spring 2020 Economic Forecast: **A deep and uneven recession, an uncertain recovery** - [DOC](#) - [PORTUGAL](#)

A European roadmap to **lifting coronavirus containment measures** - [DOC](#)

EU budgetary and financial response to the coronavirus crisis - [DOC](#)

ECML Covid: **Data monitoring and national measures** - [DOC](#)

Commission launches **data sharing platform for researchers** - [DOC](#)

eHealth Network: Interoperability **guidelines for approved contact tracing mobile applications in the EU** - [DOC](#)

Council Regulation (EU) 2020/672 of 19 May 2020 on the establishment of a European instrument for temporary support to mitigate unemployment risks in an emergency (SURE) following the COVID-19 outbreak - May 20 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2020/699 of 25 May 2020 on temporary measures concerning the general meetings of European companies (SEs) and of European Cooperative Societies (SCEs) - May 27 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/641 of 12 May 2020 laying down technical information for the calculation of technical provisions and basic own funds for reporting with reference dates from 31 March 2020 until 29 June 2020 in accordance with Directive 2009/138/EC of the European Parliament and of the Council on the taking-up and pursuit of the business of Insurance and Reinsurance - May 13 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/600 of 30 April 2020 derogating from Implementing Regulation (EU) 2017/892, Implementing Regulation (EU) 2016/1150, Implementing Regulation (EU) No 615/2014, Implementing Regulation (EU) 2015/1368 and Implementing Regulation (EU) 2017/39 as regards certain measures to address the crisis caused by the COVID-19 pandemic - May 4 - [DOC](#)

Commission Recommendation (EU) 2020/648 of 13 May 2020 on vouchers offered to passengers and travellers as an alternative to reimbursement for cancelled package travel and transport services in the context of the COVID-19 pandemic - May 14 - [DOC](#)

Corrigendum to Commission Recommendation (EU) 2020/518 of 8 April 2020 on a common Union toolbox for the use of technology and data to combat and exit from the COVID-19 crisis, in particular concerning mobile applications and the use of anonymised mobility data - April 14 - [DOC](#)

Proposal for a Commission Delegated Recommendation (EU) amending Delegated Regulation (EU) 2016/1675 supplementing Directive (EU) 2015/849 of the European Parliament and of the Council, as regards adding the Bahamas, Barbados, Botswana, Cambodia, Ghana, Jamaica, Mauritius, Mongolia, Myanmar/Burma, Nicaragua, Panama and Zimbabwe to the table in point I of the Annex and deleting Bosnia-Herzegovina, Ethiopia, Guyana, Lao People's Democratic Republic, Sri Lanka and Tunisia from this table - [DOC](#)

Proposal for a Council Directive (EU) amending Directive 2011/16/EU to address the urgent need for deferring certain time limits for the filing and exchange of information in the field of taxation due to the COVID-19 pandemic - [DOC](#)

Proposal for a Council Decision (EU) amending Directives (EU) 2017/2455 and (EU) 2019/1995 as regards the dates of transposition and application due to the outbreak of the COVID-19 crisis - [DOC](#)



Proposal for a Council Regulation (EU) amending Regulation (EU) 2017/2454 as regards the dates of application due to the outbreak of the COVID-19 crisis - [DOC](#)

Proposal for a Council Implementing Regulation (EU) amending Implementing Regulation (EU) 2019/2026 as regards the dates of application due to the outbreak of the COVID-19 crisis - [DOC](#)

Proposal for a Commission Directive (EU) amending Annex III to Directive 2000/54/EC of the European Parliament and of the Council as regards the inclusion of SARS-CoV-2 in the list of biological agents known to infect humans and amending Commission Directive (EU) 2019/1833 - [DOC](#)

Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions **Europe's moment: Repair and Prepare for the Next Generation** - [DOC](#)

Commission Staff Working Document: Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions **Europe's moment: Repair and Prepare for the Next Generation** - Identifying Europe's recovery needs - [DOC](#)

Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions **The EU budget powering the recovery plan for Europe** - [DOC](#)

Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions **Adjusted Commission Work Programme 2020** - [DOC](#) - [ANNEXES](#)

Communication 2020/C 156/01 from the Commission Guidance on free movement of health professionals and minimum harmonisation of training in relation to COVID-19 emergency measures – recommendations regarding Directive 2005/36/EC - [DOC](#)

Communication 2020/C 169/03 from the Commission Towards a phased and coordinated approach for restoring freedom of movement and lifting internal border controls — COVID-19 - [DOC](#)

Commission Expands State Aid Temporary Framework to Recapitalisation and Debt Measures in light of COVID-19 - [DOC](#)

DECISIONS AND REGULATION

Council Recommendation for a Council Recommendation on the 2020 National Reform Programme of Portugal and delivering a Council opinion on the 2020 Stability Programme of Portugal - May 20 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/657 of 15 May 2020 correcting certain language versions of Implementing Regulation (EU) 2015/2450 laying down implementing technical standards with regard to the templates for the submission of information to the supervisory authorities according to Directive 2009/138/EC of the European Parliament and of the Council - May 18 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/655 of the European Central Bank of 5 May 2020 adopting implementing rules concerning data protection at the European Central Bank and repealing Decision ECB/2007/1 - May 15 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/628 of the European Central Bank of 4 May 2020 amending Decision ECB/2008/17 laying down the framework for joint Eurosystem procurement - May 8 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/614 of the European Central Bank of 30 April 2020 amending Decision (EU) 2019/1311 on a third series of targeted longer-term refinancing operations - May 5 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2020/605 of the European Central Bank of 9 April 2020 amending Regulation (EU) 2015/534 on reporting of supervisory financial information - May 7 - [DOC](#)



Guideline (EU) 2020/634 of the European Central Bank of 7 May 2020 amending Guideline ECB/2014/31 on additional temporary measures relating to Eurosystem refinancing operations and eligibility of collateral - May 11 - [DOC](#)

Interest rate applied by the European Central Bank to its main refinancing operations (Rate applied to the most recent operation carried out before the indicated day. In the case of a variable rate tender, the interest rate is the marginal rate.): 0,00 % on 1 May 2020 Euro exchange rates - [DOC](#)

Public consultation: **Money laundering & terrorism financing** – action plan - [DOC](#)

Public consultation: **Trans-European energy infrastructure – revision of guidelines** - [DOC](#)

ECB - EUROPEAN CENTRAL BANK

Annual Report 2019 - The year at a glance - [DOC](#)

Opinion on a **proposal for a regulation on the establishment of a European instrument for temporary support to mitigate unemployment risks in an emergency (SURE)** following the COVID-19 outbreak - [DOC](#)

Survey on the **Access to Finance of Enterprises**: Small businesses report challenging outlook for their access to external financing due to COVID-19 - [DOC](#)

ECB announces **new pandemic emergency longer-term refinancing operations** - [DOC](#)

ECB recalibrates **targeted lending operations to further support real economy** - [DOC](#)

Alternative scenarios for the impact of the COVID-19 pandemic on economic activity in the euro area - [DOC](#)

Unofficial consolidated text produced by the Publications Office of the European Union - Guideline (EU) 2015/510 of the European Central Bank of 19 December 2014 on the **implementation of the Eurosystem monetary policy framework** - [DOC](#)

ECB Survey of **Monetary Analysts (SMA)** - [DOC](#)

ECB takes note of **German Federal Constitutional Court ruling and remains fully committed to its mandate** - [DOC](#)

Feedback on the input provided by the European Parliament **as part of its resolution on the ECB Annual Report 2018** - [DOC](#)

A regulatory and financial stability perspective on global stablecoins - [DOC](#)

The ECB Survey of Professional Forecasters - Second quarter of 2020 - [DOC](#)

Survey on the Access to **Finance of Enterprises in the euro area** - October 2019 to March 2020 - [DOC](#)

Results of the Q2 2020 **ECB Survey of Professional Forecasters** - [DOC](#)

Dividend payouts and share buybacks of global banks - [DOC](#)

Recent stress in **money market funds has exposed potential risks for the wider financial system** - [DOC](#)

Volatility-targeting strategies and the market sell-off - [DOC](#)

TARGET Annual Report 2019 - [DOC](#)

Euro area and national quarterly financial accounts – 2019 quality report - [DOC](#)

Euro area and national balance of payments and international investment position statistics - 2019 quality report - [DOC](#)



Negative rates and the transmission of monetary policy - [DOC](#)

Inflation measurement in times of economic distress - [DOC](#)

Disentangling aggregate and sectoral shocks - [DOC](#)

The transmission of exchange rate changes to euro area inflation - [DOC](#)

The fall in manufacturing and services activity in the euro area: **foreign versus domestic shocks** - [DOC](#)

Luis de Guindos: **Presentation of the ECB Annual Report 2019** to the Committee on Economic and Monetary Affairs of the European Parliament (by videoconference) - [DOC](#)

Philip R. Lane: **Pandemic central banking**: the monetary stance, market stabilisation and liquidity - [DOC](#)

Results of the March 2020 survey on **credit terms and conditions in euro-denominated securities financing and over-the-counter derivatives markets** (SESFOD) - [DOC](#)

Economic Bulletin - Update on **economic and monetary developments** - [DOC](#)

Consolidated financial statement of the Eurosystem - [DOC](#)

Euro area monthly balance of payments: March 2020 - [DOC](#)

Euro area bank interest rate statistics: March 2020 - [DOC](#)

Euro area securities issues statistics: March 2020 - [DOC](#)

Euro area financial vehicle corporation statistics: first quarter of 2020 - [DOC](#)

Euro area investment fund statistics: first quarter of 2020 - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2414: **Twin default crises** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2412: **Stock return comovement when investors are distracted: more, and more homogeneous** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2411: **Do non-performing loans matter for bank lending and the business cycle in euro area countries?** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2410: **Global trade in final goods and intermediate inputs: impact of FTAs and reduced “Border Effects”** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2409: **Loan types and the bank lending channel** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2407: **Monetary policy and its transmission in a globalised world** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2406: **Macroprudential regulation and leakage to the shadow banking sector** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2405: **Cyclical systemic risk and downside risks to bank profitability** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2404: **Monetary policy with judgment** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2403: **Political referenda and investment: evidence from Scotland** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2402: **Heterogeneity in corporate debt structures and the transmission of monetary policy** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2401: **Endogenous TFP, business cycle persistence and the productivity slowdown in the euro area** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2400: **The Phillips Curve at the ECB** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2399: **Quantitative easing and the price-liquidity trade-off** - [DOC](#)



ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

COVID-19

ESMA calls for **transparency on COVID-19 effects in half-yearly financial reports** - [DOC](#)

ESMA **reminds firms of conduct of business obligations under MiFID II** - [DOC](#)

Joint RTS on **amendments to the bilateral margin requirements under EMIR** in response to the COVID-19 outbreak - [DOC](#)

ESMA – **non-renewal and termination of short selling bans** by Austrian FMA, Belgian FSMA, French AMF, Greek HCMC, Italian CONSOB and Spanish CNMV - [DOC](#)

ESMA **supports ESRB actions to address COVID-related systemic vulnerabilities** - [DOC](#)

ESMA **highlights challenges for rating Collateralised Loan Obligations** - [DOC](#)

MIFID II E MIFIR - MARKETS IN FINANCIAL INSTRUMENTS DIRECTIVE AND REGULATION

ESMA issues latest **Double Volume Cap data** - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

Joint guidelines on cooperation and information exchange for the purpose of Directive (EU) 2015/849 between competent authorities supervising credit and financial institutions - **The AML/CFT Colleges Guidelines** - [DOC](#)

Consultation: **On the functioning of the regime for SME Growth Markets under the Markets in Financial Instruments Directive and on the amendments to the Market Abuse Regulation for the promotion of the use of SME Growth Markets** - [DOC](#)

ESMA announces **open hearing on Benchmarks** Consultation Paper - [DOC](#)

ESMA sees **potential decoupling of financial market performance and underlying economic activity** - [DOC](#)

ESMA **extends four trade repositories registrations** to include securities financing transactions reporting - [DOC](#)

ESMA publishes **annual bond transparency calculations, systematic internalisers calculations and new bond liquidity data** - [DOC](#)

ESMA issues **No Action Letter on the new ESG disclosure requirements under the Benchmarks Regulation** - [DOC](#)

EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

EBA welcomes EU Commission launch of **AML/CFT action plan and stands ready to provide support** - [DOC](#)

EBA consults on technical standards for **contractual recognition of stay powers under the BRRD** - [DOC](#)

EBA publishes its inquiry into **dividend arbitrage trading schemes** ("Cum-Ex/Cum-Cum"), and announces a 10-point **action plan to enhance the future regulatory framework** - [DOC](#)

EBA publishes final **Guidelines on Credit Risk Mitigation** for institutions applying the IRB approach with own estimates of LGDs - [DOC](#)



EBA publishes updated **calculation tool of liquidity coverage ratio** - [DOC](#)

EBA publishes final draft **technical standards on specific reporting requirements for market risk** - [DOC](#)

EBA publishes final Guidelines on the methodology to **determine the weighted average maturity of contractual payments due under the tranche of a securitisation transaction** - [DOC](#)

EBA publishes **Report on interlinkages between recovery and resolution planning** - [DOC](#)

EBA launches **updated college collaboration platform** - [DOC](#)

EBA launches **additional EU-wide transparency exercise** - [DOC](#)

EBA proposes **framework for STS synthetic securitization** - [DOC](#)

EBA updates data on **Deposit Guarantee Schemes across the EU** - [DOC](#)

EBA updated ITS package for **2021 benchmarking exercise includes IFRS9 template** - [DOC](#)

EIOPA - EUROPEAN INSURANCE AND OCCUPATIONAL PENSIONS AUTHORITY

European insurers face increased risk exposures due to Covid-19, but market perceptions and imbalances remained at medium level - [DOC](#)

EIOPA publishes weekly information for **Relevant Risk Free Interest Rate Term Structures and Symmetric Adjustment to Equity Risk** with reference to 27 April 2020 - [DOC](#)

Publication of the list of **Internationally Active Insurance Groups (IAIG) in the EU** - [DOC](#)

EIOPA revises its timetable for advice on Solvency II Review until end December 2020 - [DOC](#)

Monthly technical information for **Solvency II Relevant Risk Free Interest Rate Term Structures** – April 2020 - [DOC](#)

Monthly update of the **symmetric adjustment of the equity capital charge for Solvency II** – April 2020 - [DOC](#)

Weekly information for **Relevant Risk Free Interest Rate Term Structures and Symmetric Adjustment to Equity Risk** - [DOC](#)

ESRB - EUROPEAN SYSTEMIC RISK BOARD

Recommendation of the ESRB on **liquidity risks in investment funds** (ESRB/2020/4) - [DOC](#)

Issues note on **liquidity in the corporate bond and commercial paper markets, the procyclical impact of downgrades and implications for asset managers and insurers** - [DOC](#)

Occasional Paper Series n.º 16: **The making of a cyber crash: a conceptual model for systemic risk in the financial sector** - [DOC](#)

FCA - FINANCIAL CONDUCT AUTHORITY

Business interruption insurance during the coronavirus pandemic - High Court test case - [DOC](#)

Statement on how firms should handle post and paper documents - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

ECB decision

On the Public Sector Purchase Programme exceeding EU competences - [DOC](#)



PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

CFP - CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Análise do **Programa de Estabilidade 2020** - [DOC](#)

Evolução Orçamental da **Segurança Social e da CGA em 2019** - [DOC](#)

Evolução Orçamental da **Administração Local em 2019** - [DOC](#)

CIDP - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DE DIREITO PRIVADO

1º Videocast CIDP: **Novo Coronavírus e Gestão Da Crise Contratual - Estratégias Jurídicas** - [DOC](#)

CNCS - CENTRO NACIONAL DE CIBERSEGURANÇA

Boletim n.º 2/2020 do Observatório de Cibersegurança - [DOC](#)

CNPD - COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Parecer n.º 52/2020 – Sobre o projeto de Lei n.º 230/XIV/1ª, que estabelece o Regime de proteção de pessoas singulares perante práticas abusivas de diligências de cobrança extrajudicial de créditos vencidos - [DOC](#)

EURONEXT

Euronext Capital Markets Update - [DOC](#)

IGCP - AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA

Boletim Mensal da Dívida Pública, maio de 2020 - [DOC](#)

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

COVID-19: uma leitura territorial do **contexto demográfico e do impacto socioeconómico**, Dados até 20 de maio - [DOC](#)

COVID-19: acompanhamento do **impacto da pandemia nas empresas** - 2ª quinzena de maio 2020 - [DOC](#)

COVID-19: acompanhamento do **impacto social e económico da pandemia** - [DOC](#)

3ª edição da publicação sobre **Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Portugal** - 2010 - 2019 - [DOC](#)

Interrupção quase total da atividade turística em abril de 2020 - [DOC](#)

Vendas no Comércio a Retalho diminuíram 21,6% - Abril de 2020 - [DOC](#)

Em março, a taxa de **desemprego situou-se em 6,2%** e a taxa de **subutilização do trabalho em 12,4%** - Abril de 2020 - [DOC](#)



Índice de **Produção Industrial** diminuiu **25,9%** em termos homólogos - Abril de 2020 - [DOC](#)

Síntese Económica de Conjuntura revela uma forte contração da atividade económica - abril de 2020 - [DOC](#)

Taxa de variação homóloga do IPC situou-se em **-0,2%** - Abril de 2020 - [DOC](#)

Índice de Custo do Trabalho aumentou **6,5%** em relação ao mesmo trimestre de 2019 - 1.º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

A taxa de desemprego situou-se em **6,7%** e a taxa de subutilização do trabalho em **12,9%** - 1.º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

A remuneração bruta mensal média aumentou **3,2%** no 1.º trimestre de 2020, para 1189 Euros - [DOC](#)

Produto Interno Bruto em volume registou uma **variação de -2,3%** em termos homólogos e de **-3,8%** em cadeia - 1.º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

Volume de Negócios nos Serviços contraiu **17,0%** - Março de 2020 - [DOC](#)

Preços dos imóveis comerciais aumentaram **1,9%** - 2019 - [DOC](#)

Carga fiscal manteve-se em **34,8% do PIB** – 2019 - [DOC](#)

Esperança de vida atingiu 80,93 anos à nascença e 19,61 anos aos 65 anos - 2017 - 2019 - [DOC](#)

BCG - THE BOSTON CONSULTING GROUP

Coronavirus 2020 - **Managing Economic and Business Impact** - [DOC](#)

BIS - BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS

Banks' dividends in Covid-19 times - [DOC](#)

Covid-19 and regional employment in Europe - [DOC](#)

Dealing with Covid-19: understanding the policy choices - [DOC](#)

Effects of Covid-19 on the banking sector: the market's assessment - [DOC](#)

Releasing bank buffers to cushion the crisis - a quantitative assessment - [DOC](#)

Countering Covid-19: **The nature of central banks' policy response** - [DOC](#)

Financial policymakers discuss responses to COVID-19 with the private sector - [DOC](#)

Green Swan 2 - Climate change and Covid-19: **reflections on efficiency versus resilience** - [DOC](#)

US dollar funding markets during the Covid-19 **crisis - the international dimension** - [DOC](#)

US dollar funding markets during the Covid-19 **crisis - the money market fund turmoil** - [DOC](#)

The CCP-bank nexus in the time of Covid-19 - [DOC](#)

Financial crime in times of Covid-19 - AML and cyber resilience measures - [DOC](#)

On health and privacy: **technology to combat the pandemic** - [DOC](#)

John C Williams: **The economy in the time of coronavirus** - [DOC](#)

Richard H Clarida: **US economic outlook and monetary policy** - [DOC](#)



Jerome H Powell: **Opening remarks for the Fed Listens panel on the COVID-19 pandemic** - [DOC](#)

Charlotte Gerken: **Life beyond Solvency II - a view from the top of the regulator** - [DOC](#)

Timothy Lane: **Policies for the great global shutdown and beyond** - [DOC](#)

Gent Sejko: **Bank - business relationships: common economic challenges in face of global Covid-19 pandemic** - [DOC](#)

Yannis Stournaras: **The recent decision of the German Constitutional Court regarding the Public Sector Purchase Programme of the European Central Bank** - [DOC](#)

The drivers of cyber risk - [DOC](#)

Dealers' insurance, market structure, and liquidity - [DOC](#)

On the instability of banking and other financial intermediation - [DOC](#)

Global and domestic financial cycles: variations on a theme - [DOC](#)

Consumer prices - [DOC](#)

US dollar exchange rates - [DOC](#)

Central bank policy rates - [DOC](#)

Effective exchange rate indices - [DOC](#)

Commercial property prices - [DOC](#)

Residential property prices: detailed series (nominal) - [DOC](#)

CENTRE FOR EUROPEAN REFORM

Three ways COVID-19 will cause economic divergence in Europe - [DOC](#)

The recovery fund faces a tricky passage - [DOC](#)

DELOITTE

CFO Signals™: Q2 2020 **Reopening for Business, but Near-Normal Operating Levels Not Expected Until Next Year** - [DOC](#)

EUROPEAN CENTRE FOR THE DEVELOPMENT OF VOCATIONAL TRAINING

Jobs at risk: coronavirus impact on EU tourism sector - [DOC](#)

EUROPEAN CHAMBER

European Business in China Position Paper 2019/2020 - [DOC](#)

How China's Corporate Social Credit System Conditions Market Actors - [DOC](#)

The Road Less Travelled: European Involvement in China's Belt and Road Initiative - [DOC](#)



EUROBAROMETER

Public opinion monitoring in the time of COVID-19 - [DOC](#)

Plenary Insights – May II - [DOC](#)

Plenary Insights – May - [DOC](#)

EUROPEAN ISSUERS

Annual Report 2019 - [DOC](#)

EUROSTAT

GDP down by 3.8% and employment down by 0.2% in the euro area - [DOC](#)

FEAS - FEDERATION OF EURO-ASIAN STOCK EXCHANGES

Report on Actions and Responses to Covid-19 - [DOC](#)

FESE - FEDERATION OF EUROPEAN SECURITIES EXCHANGES

2020 Winner of the FESE De la Vega Prize - [DOC](#)

HARVARD BUSINESS REVIEW

Will Covid-19 Have a Lasting Impact on Globalization? - [DOC](#)

The Atlas of Economic Complexity: **Portugal** - [DOC](#)

The Atlas of Economic Complexity: **Complexity Rankings** - [DOC](#)

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

Portugal and the IMF - [DOC](#)

Policies, Politics and Pandemics - [DOC](#)

The Regulatory and Supervisory Implications for the Banking Sector: Joint IMF-World Bank Position Note - [DOC](#)

Policy Responses to COVID19 - [DOC](#)

Special Series on COVID-19 - [DOC](#)

Halt Bank Dividends and Buybacks Now - [DOC](#)

Measuring Economic Welfare: What and How? - [DOC](#)

FY 2021-FY 2023 Medium-Term Budget - [DOC](#)

Global Financial Stability Report: Chapter 1 - [DOC](#)



ISDA - INTERNATIONAL SWAPS AND DERIVATIVES ASSOCIATION

Seismic Shift – IQ May 2020 - [DOC](#)

KPMG ADVISORY

Tech Hubs - [DOC](#)

MCKINSEY

The Bio Revolution: **Innovations transforming economies, societies, and our lives** - [DOC](#)

Safeguarding Europe's livelihoods - [DOC](#)

MEDRXIV

Rapid assessment of the **impact of lockdown on the COVID-19 epidemic in Portugal** - [DOC](#)

Tech Hubs - [DOC](#)

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT

Tackling the coronavirus crisis together: **OECD policy contributions for co-ordinated action** - [DOC](#)

National corporate governance related initiatives during the Covid-19 crisis - [DOC](#)

Unprecedented collapse in CLIs in most major economies - [DOC](#)

Tax and fiscal policies central to governments' responses to Covid-19 crisis - [DOC](#)

GDP Growth - First quarter of 2020, - [DOC](#)

Composite Leading Indicators, May 2020 - [DOC](#)

Unemployment Rates, May 2020 - [DOC](#)

IOSCO - INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSIONS

IOSCO encourages issuers' fair disclosure about COVID-19 related impacts - [DOC](#)

IOSCO consults on **outsourcing principles** to ensure operational resilience - [DOC](#)

OUR WORLD IN DATA

Causes of Death - [DOC](#)

OXFORD ECONOMICS

The leader in global forecasting and quantitative analysis - [DOC](#)

Global economic prospects: **Q2 outlook darkens further, but pick-up in H2** - [DOC](#)



PIIE - PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS

How the G20 Can Hasten **Recovery from COVID-19** - [DOC](#)

Designing the **fiscal response to the COVID-19** pandemic - [DOC](#)

The pandemic will plunge the world into recession; recoveries will be mixed - [DOC](#)

Global Economic Prospects: Spring 2020 - [DOC](#)

WEF - THE WORLD ECONOMIC FORUM

COVID Action Platform - [DOC](#)

Impact of COVID-19 on the Global Financial System - [DOC](#)

Challenges and Opportunities in the Post-COVID-19 World - [DOC](#)

WFE - THE WORLD FEDERATION OF EXCHANGES

The impact of Covid-19 during the first quarter of 2020 and 2019 Market Highlights - [DOC](#)

Update on industry cyber efforts during the pandemic - [DOC](#)

WFE welcome Decision **To End Short Selling Bans Across Europe**, Citing Evidence - [DOC](#)

WORLD BANK

Debt Service Suspension and COVID-19 - [DOC](#)

Cities, crowding, and the coronavirus: **Predicting contagion risk hotspots** - [DOC](#)

WORLD TOURISM ORGANIZATION

International Tourism Highlights, 2019 Edition - [DOC](#)

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL

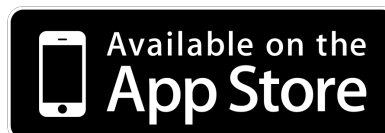
Economic Impact Reports - [DOC](#)

© AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
Maio de 2020

O REGULATORY UPDATE é publicado pela AEM
com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados

APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO



[Subscribe](#)



[Read](#)



[Discuss](#)



[Link](#)



[Like](#)



[Share](#)

REGULATORY UPDATE

Maio 2020

AEM - Associação de Empresas Emitentes
de Valores Cotados em Mercado

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Direito
1200-092 Lisboa

Telefone: +351 21 820 49 70

Fax: +351 21 807 74 90

abel.ferreira@aem-portugal.com

www.emitentes.pt

O Regulatory Update é circulado aos Associados da AEM e a outras pessoas ou entidades que têm uma relação profissional com a AEM. O conteúdo do Regulatory Update não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da AEM. Permanecemos ao inteiro dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, através dos contactos habituais ou, em geral@aem-portugal.com.